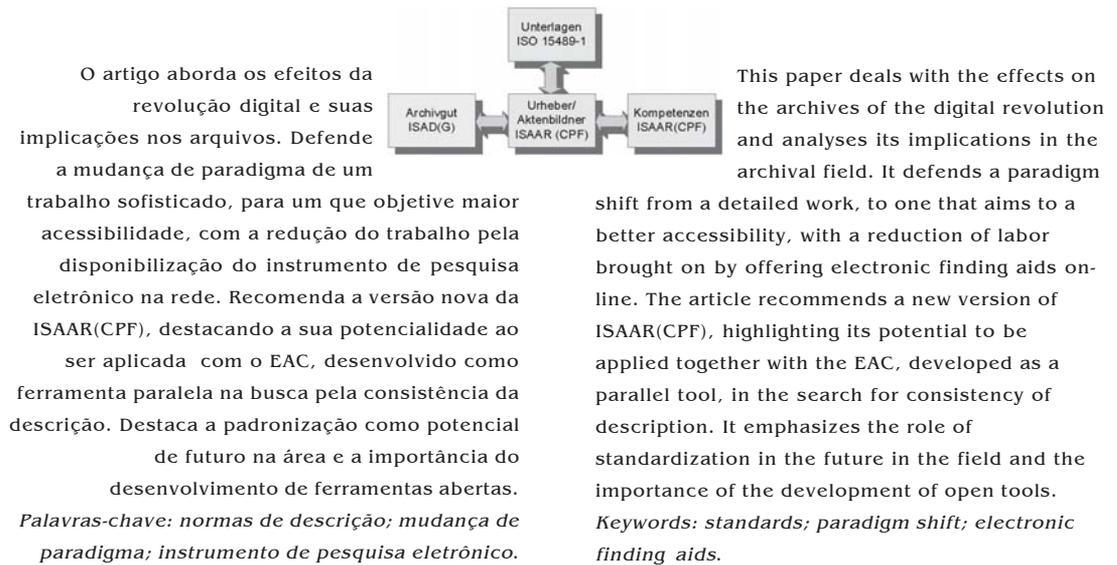


Nils Bruebach

Formado em Arquivologia, História da Economia e Biblioteconomia pelas Universidades de Erlangen, Bamberg, Duke e doutor pela Escola de Arquivos de Marburg. Diretor do Departamento de Documentos Modernos do Sächsischen Staatsarchiv, Dresden. Membro do Comitê de Normas de Descrição e do Comitê de Boas Práticas e Normas do CIA.

Acesso Eletrônico à Informação Arquivística

Vantagens e potenciais das normas de descrição



A última década do século XX é freqüentemente vista pela arquivologia como um período de mudança de paradigmas. A revolução eletrônica com seus impactos nas admi-

nistrações e escritórios fez com que os princípios do trabalho arquivístico, os métodos, as estratégias e as abordagens profissionais fossem repensados e reavaliados. Mais que isso, os métodos

de pesquisa dos usuários mudaram, a tecnologia da Internet e o uso de ferramentas de busca são fatos comuns e disseminados. Uma instituição que não esteja presente na web literalmente não existe: à regra “publique ou pereça” juntou-se “esteja na rede ou desapareça”. Para os arquivistas como provedores de conteúdo, no sentido original da palavra, e como profissionais provedores de acesso à informação, esses desenvolvimentos deveriam ser vistos apenas positivamente. Enquanto que oferecer acesso aos documentos originais autênticos para todos que os peçam nas salas de leitura dos arquivos tornou-se uma atividade corriqueira nos últimos 150 anos, o desafio de hoje é trazer o conhecimento sobre o conteúdo dos arquivos via Internet para as mesas das pessoas em seus lares. Presença na web ou nada é o lema. Esse é o impacto mais fundamental da revolução eletrônica em nossa profissão e nossas instituições. Seus efeitos concernentes à substituição de metodologias e à mudança da rotina das práticas arquivísticas ainda não foram examinados.

Como uma reação a esses desenvolvimentos, os próprios arquivos estão modificando ativamente suas estratégias de apresentação. Há cerca de dez anos atrás, quando os primeiros trabalhos sobre o impacto da Internet nos arquivos foram escritos, três áreas de informação relevantes tinham sido identificadas: a apresentação da informação sobre uma única instituição, onde ela se localiza, como alguém pode chegar às premissas; informação sobre sua história e seu acervo

em geral; e informação específica sobre os fundos, o conteúdo em todos os seus detalhes. Mais tarde, os arquivistas descobriram o potencial das “exibições virtuais”. Os elementos de uma sala de leitura digital que ofereça serviços arquivísticos pela rede são prontamente desenvolvidos, enquanto a implementação de exemplos que funcionem começa. Atualmente, uma mudança pode ser observada com a oferta não apenas de uma única instituição arquivística, mas de redes arquivísticas e seus conteúdos por meio de portais. Instrumentos de pesquisa interinstitucionais para usuários foram testados e implementados com sucesso. Um exemplo desse primeiro tipo é a iniciativa britânica A2A. Do segundo tipo, há o portal alemão BAM, integrando a pesquisa em catálogos de bibliotecas, em instrumentos de pesquisa arquivística on-line e em acervos de museus.¹

Essas iniciativas mais avançadas metodologicamente mostram à comunidade arquivística o que é possível, mas elas não refletem o que foi feito pela maioria dos arquivos em todos os países. Nos últimos seis anos, foi iniciado, com resultados promissores, em nível nacional, todo um grupo de projetos de pesquisa para o desenvolvimento de ferramentas para apresentação na rede de informação arquivística em todos os seus níveis. Isso inclui softwares de prateleira para a produção de guias de arquivos disponíveis on-line, instrumentos de pesquisa on-line, uma ferramenta semi-automatizada para a

digitalização de catálogos analógicos ou para a edição digital de documentos, combinando a análise do *layout* e o reconhecimento ótico de caracteres. E a lista continua. A União Européia tem promovido projetos de cultura eletrônica nesse campo. Praticamente, todos os arquivos nacionais têm seus próprios projetos para acervos disponíveis na rede e/ou serviços aos usuários. Os arquivos nacionais de alguns países europeus estão ativamente participando de iniciativas de governo eletrônico.

Com a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) a comunidade arquivística, representada no Conselho Internacional de Arquivos (CIA), desenvolveu normas definindo a estrutura para uma representação multilíngüística e sem fronteiras de informação descritiva. *Encoded Archival Description*² (EAD) e *Encoded Archival Context*⁵ (EAC) oferecem um conjunto de ferramentas valiosas baseado nas normas e pronto para ser usado. A Unesco está patrocinando o desenvolvimento do OSARIS,⁴ voltado principalmente para países em desenvolvimento.

O problema não está na falta de iniciativas e instrumentos, mas sim em sua implementação. Um olhar mais cuidadoso mostra que a maioria das instituições ainda desenvolve seus próprios instrumentos e segue suas próprias estratégias. Apenas algumas realmente usam os instrumentos e ferramentas já existentes. Com as normas existentes, ocorre o mesmo: a maioria dos arquivistas já ouviu falar da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) e da

Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF). Uns poucos realmente as estudaram e um número ainda menor compreendeu seu potencial e empreendeu iniciativas para sua implementação ou adoção. Essa é uma situação lamentável e, mais ainda, crítica, quando se leva em conta que a mudança real de paradigma causada pela revolução eletrônica define novas relações entre o trabalho de descrição e o acesso. Até agora, os arquivistas se atribuem o papel de produzir descrições de alta qualidade, abrangendo em detalhes o conteúdo de um diploma ou qualquer outro documento descrito. O trabalho de descrição – ao menos em todos aqueles países (como a Alemanha e a França) de onde derivou sua metodologia da diplomática – segue uma abordagem do particular para o geral, enfocando apenas uma única entidade física. Como resultado, essa estratégia produziu descrições muito boas e exatas para um número comparativamente pequeno de documentos e fundos. Ao fazê-lo, a maioria dos arquivistas se concentrou em uns poucos fundos em seus acervos, que eles consideravam interessantes, deixando de lado aqueles que, em sua opinião, não eram tão interessantes. Levou um certo tempo até que as conseqüências disso se tornassem visíveis: um notável acúmulo de descrições a realizar e, conseqüentemente, a defasagem das condições de acesso da maioria dos fundos. O problema pode aumentar quando os fundos, que foram abertos ao público pelos regulamentos das leis arquivísticas ou re-

centemente trazidos à atenção deste, não estão minimamente acessíveis ou recuperáveis. A solução deveria ser uma estratégia de mudança em duas frentes. Em primeiro lugar, alguns fundos de elevada importância, com descrições de alta qualidade acessíveis por meio de instrumentos de busca na rede, não são o suficiente. Uma “massa crítica” de informação disponível na rede é necessária, antes que os usuários possam obter resultados valiosos de suas buscas na rede. Segundo, o número de arquivos que usa esses novos recursos tecnológicos no trabalho cotidiano tem que aumentar.

Para se atingir essa massa crítica, os arquivistas devem chegar a conclusões sobre suas prioridades e métodos de trabalho. Não são os conjuntos de alta qualidade que contam, mas a alta qualidade no acesso e serviços aos usuários, não apenas na sala de leitura presencial, porém, também, através de seu complemento virtual. Isso irá definir as futuras estratégias de descrição, em direção a uma abordagem mais do geral para o particular, oferecendo descrições – em nível de fundo – claras, exatas e auto-explicativas, em um guia do acervo on-line, ao qual se acrescentaria, com o passar do tempo, novos instrumentos de pesquisa on-line. Em segundo lugar, o gerenciamento da informação arquivística no futuro focalizará muito mais as necessidades dos usuários e suas estratégias de pesquisa. Acesso é o que interessa, e o grau de acessibilidade terá mais importância que a qualidade da descrição.⁵

Isso de modo algum significa um incentivo para o desleixo e a não-intervenção no campo da descrição, mas sim um chamado contra a perfeição arquivística, que resulta no aperfeiçoamento da descrição de três documentos por dia já descritos à perfeição, enquanto trinta fundos não-descritos são negligenciados. A descrição de alta qualidade tem sempre que focar o acervo como um todo e não fundos individuais ou um único documento, e deveria seguir uma estratégia de acesso que ofereça aos usuários toda a informação que eles estão procurando com os instrumentos técnicos do momento. No século XXI, isso significa acesso através da Internet. Os usuários estão interessados no conteúdo e no respectivo contexto. Eles podem raramente perceber se uma descrição está em perfeita concordância com um conjunto de normas, mas eles certamente notarão se, e em que grau, os arquivistas fizeram um uso produtivo dos modernos instrumentos de apresentação. Quer gostemos ou não, somos sempre julgados pelos instrumentos de recuperação e serviços aos usuários oferecidos on-line pelas bibliotecas, e nossos usuários, especialmente aqueles que sabem a diferença entre os dois tipos de instituições, esperam de nós serviços similares. Se não compreendermos isso por nós mesmos, eles nos forçarão a entender que o serviço de boa qualidade ao usuário é definido pelo número de fundos acessíveis e não pelo número de documentos retificados à exaustão. A questão é: qual é nossa resposta às necessidades dos usuários? Temos os instrumentos para atendê-los e os usamos da forma correta?

Um perfeito instrumento, para alcançar tanto uma descrição de qualidade suficiente e sustentável, quanto uma redução da massa não descrita mantida em nossos arquivos, é encontrado na implementação e aperfeiçoamento consequente e coerente de normas e instrumentos técnicos nelas baseados, combinados a uma estratégia de longo prazo de descrição, que siga a abordagem do geral para o particular. As duas normas desenvolvidas pelo Comitê de Normas de Descrição do CIA, a ISAD(G) e a ISAAR(CPF), oferecem juntas uma estrutura de regras e um conjunto de recomendações para descrições arquivísticas multinível.⁶ Assim, a abordagem do geral para o particular mencionada anteriormente concorda completamente com as sugestões feitas nas duas normas. Das duas, ISAAR(CPF) é a norma na qual os guias de acervo podem ser baseados. Seus benefícios foram examinados pela comunidade arquivística desde a primeira edição do texto publicada em 1996. A razão para isto está no fato de que os registros de autoridade são mais um instrumento para um bibliotecário, ao menos na tradição arquivística européia. Registros de autoridades têm sua origem na tradição bibliográfica de descrição e são necessários se o arquivo privado de uma pessoa específica for disperso. Registros de autoridade funcionam como uma âncora para o todo, contendo toda a informação e o contexto necessários, como formas autorizadas de nomes, formas de nomes não preferidas, mas usadas, ligações derivadas de relacionamentos, i.e., marido e mulher etc. Essa abor-

dagem já foi transferida para a metodologia arquivística, ou seja, em concordância com o princípio da proveniência, na primeira edição do texto da norma. Como a tecnologia da Internet estava em seus primórdios na área de arquivos, quando ISAAR(CPF) foi publicada pela primeira vez, o seu potencial como um poderoso instrumento para contextualizar documentos que possuem a mesma proveniência, seja de uma entidade coletiva, pessoa ou família, ainda não havia sido completamente compreendido.

Em sua segunda edição amplamente revisada, a ISAAR(CPF) usa o registro de autoridade como um instrumento normalizado para descrições em nível de fundo, com um dado conjunto de quatro áreas: identificação, descrição, relacionamento e controle, cada um com um pequeno subconjunto de elementos, permitindo descrições precisas dos tipos de fundos em questão. O recém-acrescentado elemento "recursos relacionados" mostra novas capacidades tornadas possíveis pela tecnologia da rede: um sistema de relacionamentos entre diferentes registros de autoridade. Isso pode ser usado se um fundo for dividido ou espalhado por diferentes arquivos, devido a desenvolvimentos históricos e em razão de sua reunião não ser possível ou apropriada. Por exemplo: o arquivo privado do autor e crítico de teatro do começo do século XX Julius Bab pode ser encontrado nos arquivos da Academia de Artes em Berlim, do Leo Baeck Institute em Nova

Iorque e da Biblioteca Pública de Nova Iorque. Os arquivistas de cada instituição escreverão seus próprios registros de autoridade, descrevendo “seu” fundo pessoal de Julius Bab, com seu conteúdo específico. Se os registros de autoridade estiverem em concordância com a ISAAR(CPF), não será problema construir conexões entre os três registros de autoridade como um todo e entre elementos de cada registro de autoridade.

As vantagens para os usuários são claras: eles podem determinar precisamente aonde cada documento, com um dado conteúdo, pode ser encontrado. Outro potencial desse sistema de “relacionamentos cruzados” na cena arquivística é que a estrutura existente de um sistema arquivístico pode ser tornada mais transparente para os nossos usuários. Ambos aspectos já foram testados e mostraram seu valor. A iniciativa A2A e o portal BAM, já mencionados, adotam registros de autoridade em concordância com a ISAAR(CPF) e mostram o potencial dessa estratégia na prática do uso. Isso se torna visível também no projeto LEAF (*Linking and Exploring Authority Files*),⁷ financiado pelo programa IST (*Information Society Technologies*)⁸ da VFP (*Fifth Framework Programme for Research and Technological Development*)⁹ para uma sociedade de informação da União Europeia. ISAAR(CPF) é um poderoso instrumento para descrever o contexto arquivístico. Segundo a descrição de Per-Gunnar Ottoson,

A informação contextual arquivística consiste em informação que descre-

ve as circunstâncias sob as quais os documentos (definidos aqui amplamente para incluir arquivos privados e institucionais) foram produzidos e usados. Esse contexto inclui a identificação e características das pessoas, organizações e famílias que tenham sido as produtoras, usuárias ou os objetos dos documentos, assim como as relações entre elas.¹⁰

ISAAR(CPF) é diferente do conjunto de regras bibliográficas rigorosas dos bibliotecários, já que seu foco principal está na facilidade de uso dos resultados. Desse modo, pode ser visto como um exemplo de estratégia centrada no usuário delineada anteriormente.

ISAAR(CPF) oferece uma estrutura, monta o cenário e demonstra a capacidade, mas, como uma norma, não dá conselhos técnicos, nem oferece instrumentos prontos para implementação. Como pode ser observado pela adoção da ISAD(G) no começo da década de 1990, a implementação é o ponto crucial. Uma norma apresentada em combinação com um instrumento pronto para uso pode superar o desafio da implementação. Logo o desenvolvimento de ISAAR(CPF) foi extensamente coordenado com o desenvolvimento paralelo da norma de *Encoded Archival Context* (EAC). Ambos têm a mesma estrutura e todos os elementos na norma têm suas respectivas marcações no XML-DTD que consiste o EAC. Portanto, o cenário não está apenas montado, os atores estão no palco e prontos para a peça começar.

O futuro mostrará se, como, por quem e com que intensidade as normas serão usadas em combinação com os instrumentos. As duas normas internacionais de descrição deveriam ser vistas como uma oferta e é preciso observar cuidadosamente se essa oferta é aceita, quais experiências são vividas por aqueles que as adotam e quais melhorias são sugeridas pela comunidade profissional. Essas sugestões deveriam ser incorporadas em futuras versões da ISAD(G) e da ISAAR(CPF). Também deveria ser monitorado se a estratégia de entregar uma norma e o instrumento de implementação, ao mesmo tempo e combinados um com o outro, realmente funcionará como uma melhoria para a implementação. Se essa estratégia se comprovar bem-sucedida, poderia ser o começo de uma nova linha de iniciativas do Comitê de Boas Práticas e Normas do CIA: fornecer instrumentos de implementação e modelos de planilhas prontas para uso baseadas nos textos existentes, ao invés de se escrever novas – com um forte foco em propostas fáceis

de usar, cujo valor agregado para a comunidade arquivística promova a melhoria dos serviços para usuários. Junto com a nova *International Standard for Describing Functions* (ISDF)¹¹ e o extremamente importante desenvolvimento da *International Standard for Describing Institution with Archival Holdings* (ISIAH),¹² um conjunto integrado de normas para um completo sistema de descrição arquivística estará disponível. Porém, seu valor real só surgirá se os arquivistas realizarem a implementação e usarem os instrumentos em seu trabalho diário e, como resultado, uma “massa crítica” de instituições com seus arquivos for trazida à luz para o público – que futuro brilhante de fato virá!

Do original *Electronic access to archival information: advantages and future potentials of descriptive standards*. Comunicação apresentada na III Europäische Konferenz zu EAD, EAC und METS. Berlin: Bundesarchiv, 23-27 abr. 2007. Tradução de Maria Elisa Bustamante.

N

O

T

A

S

1. MAIER, Gerald. Kooperation über Fachgrenzen zum Besten des Nutzers: geimesames Internetportal für Bibliotheken, Archive und Museen. In: UNGER, Stefanie (ed.). *Archive und ihre Nutzer: archive als moderne Dienstleister*. Marburg: Veröffentlichungen der Archivschule Marburg, n. 39, p. 57-82, 2004.
2. Nota da tradutora: Descrição Arquivística Codificada.
3. Nota da tradutora: Contexto Arquivístico Codificado.
4. Nota da tradutora.: Sistema de Informação de Recursos Arquivísticos com Fonte Aberta.

5. Hartmut Weber já apresentava essas conexões pelo menos desde 1998. Cf. WEBER, Hartmut. Windmühlen oder Mauern? Die Archive un der neue Wind in der Informationstechnik. In: METZING, Andreas (ed.). *Digitale Archive: ein neues paradigma?* Marburg: Veröffentlichungen des Archivschule Marburg, 2000.
6. Para as novas versões ver www.ica.org. ISAAR-CPF teve sua segunda edição publicada durante o Congresso Internacional de Arquivos, em Viena, em 2004.
7. Nota da tradutora: Ligando e Explorando os Registros de Autoridade.
8. Nota da tradutora: Tecnologias para Sociedade de Informação.
9. Nota da tradutora: Quinta Estrutura para Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 1999-2002.
10. OTTOSON, Per-Gunnar. Implementing ISAAR(CPF) and EAC in the National Archival Database of Sweden (NAD). In: *Benutzerfreundlich – rationell – standardisiert*. Aktuelle Anforderungen an archivische Erschließung und Findmittel. Beiträge des 11. Archivwissenschaftlichen Kolloquiums der Archivschule. Marburg, 2007. (A ser publicado).
11. Nota da tradutora: Norma Internacional para Descrição de Funções.
12. Nota da tradutora: Norma Internacional de Descrição de Instituição com Acervos Arquivísticos.